



AS LUTAS PELO DIREITO À MORADIA NO CENTRO HISTÓRICO DE SÃO LUÍS - MA: o caso da ocupação Maria Aragão

THE STRUGGLE FOR HOUSING ON HISTORIC CENTER ON SÃO LUÍS - MA: the case about urban settlement Maria Aragão

César Roberto Castro Chaves Everton*

1 Introdução

A presente nota técnica consiste na reflexão sobre o problema da precarização das moradias em meio a negação do direito à cidade na área central de São Luís - MA. As imagens retratam cenas cotidianas de treze famílias inviabilizadas e despossuídas do direito absoluto à moradia, consagrado em nossa Constituição Cidadã de 1988, e que por isso se organizaram por meio da ocupação "Maria Aragão", nome dado em homenagem a umas das personagens femininas maranhenses mais expressivas do século XX. O prédio ocupado situa-se à Rua Magalhães de Almeida nº 67, para lutar pelo direito de morar no centro da cidade de São Luís - MA. São imagens oriundas de incursões em campo durante pesquisa de doutorado em andamento pelo Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas (PPGPP/UFMA). Ilustram um pouco da realidade cotidiana desses sujeitos, dos momentos de luta, das disputas empreendidas pelos movimentos sociais, mais ou menos organizados, em defesa da moradia no Centro Histórico de São Luís.

2 Metodologia

O teor da nota técnica em questão é fruto de diversos momentos de observação participante realizados de 2018 a 2020, em pesquisa de doutorado em andamento, ilustrados nas imagens apresentadas. São registros de momentos cotidianos, nos quais foram obtidos durante a realização das entrevistas abertas e/ou semiestruturadas com ocupantes de um prédio público que reivindicam do Estado políticas públicas de moradia de interesse social no Centro Histórico de São Luís. As imagens retratam a participação dos membros da ocupação em reuniões com representantes da União de Moradores do Centro Histórico de São Luís e gestores públicos, assim como em eventos acadêmicos e audiências públicas que discutiram a questão da moradia digna no centro da cidade.

As imagens selecionadas ilustram algumas estratégias utilizadas pelos movimentos de ocupação para evidenciar o problema da habitação a fim de que a moradia de interesse social seja priorizada na agenda governamental. A exigência é que sejam elaboradas políticas públicas capazes de atender às demandas populares de maneira que a questão social da moradia, que tanto aflige os moradores do centro histórico desde que iniciaram as intervenções urbanísticas de revitalização do patrimônio cultural no início da década de 1980, seja tratada como prioritária pelo poder público.

* Mestre em Cultura e Sociedade - PGcult/ UFMA; Doutorando em Políticas Públicas - PPGPP/ UFMA. Professor do curso de turismo da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) - Campus Bernardo. E-mail: cesar.roberto@ufma.br.

3 Resultados e discussões

As lutas pelo direito à cidade (HARVEY, 2014) nas áreas centrais das cidades brasileiras têm sido marcadas por cenários de expulsão dos pobres dessas áreas. Os projetos de revitalização urbana têm provocado verdadeiras disputas pelos centros das cidades, que constituem “um patrimônio social já amortizado por décadas de investimento público e privado” e que a disputa é que irá definir “quem vai se apropriar desse ativo urbano e com que finalidade.” (MARICATO, 2015, p. 61).

Em São Luís - MA, as políticas de preservação e revitalização do patrimônio cultural ocorridos no Centro Histórico, desde a década de 1980, pouco contemplaram as demandas de moradia de interesse social na área central da cidade. Foi nesse contexto que em março de 2018 treze famílias, cansadas de esperar pelos projetos de moradia no Centro Histórico de São Luís, resolveram ocupar um prédio situado à Avenida Magalhães de Almeida, Nº 67, conforme Fotos a seguir.

A partir de então, diversas tratativas se deram por meio de reuniões com representantes da Secretaria de Estado de Direitos Humanos, gestores da Secretaria Estadual de Cidades e Desenvolvimento Urbano (SECID), líderes comunitários e pesquisadores, para que as famílias não fossem removidas do local. Foi também realizada uma audiência pública em maio de 2018, um dia após a realização de um caloroso seminário, denominado “Habitar para Preservar”, que contou com a presença de renomados pesquisadores em nível nacional e local.

O evento, organizado pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo do Maranhão (FAU-UEMA) e financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Tecnológico do Maranhão (FAPEMA), foi responsável por escancarar o problema da moradia no Centro Histórico de São Luís. Foi somente a partir desse debate inicial, que moradores do centro, estudantes, pesquisadores e entes do poder público passaram a dialogar e discutir soluções para o problema da moradia na área tombada como patrimônio nacional e incluída na lista do patrimônio mundial da Unesco desde 1997.

Fotos 1, 2 e 3 – Fachada do prédio da ocupação, reunião dos ocupantes com pesquisadores e movimentos sociais e divisão de funções dos representantes da ocupação junto ao poder público



Fonte: Produção do autor (2018)

Fotos 4 e 5 – Audiência Pública Municipal em defesa da Moradia Digna no Centro Histórico



Fonte: Produção do autor (2018)

Fotos 6 e 7 – Registro da mesa de abertura com a fala de Dona Jesus, líder comunitária e Plenária de encerramento com a participação de Denis Cutrim, líder comunitário



Fonte: Produção do autor (2018)

Entendendo que ocupar era uma das únicas alternativas que lhes restava, após ocuparem o prédio público, os moradores da ocupação realizaram uma grande ação cultural promovida em um terreno vago do Bairro do Desterro com o objetivo de expor para a sociedade o problema da moradia no centro histórico, mas também para arrecadar fundos para ocupação, que precisava de reparos urgentes (hidráulicos, elétricos, grades, portas e janelas) para que as famílias pudessem se estabelecer no prédio.

Fotos 8, 9, 10 – Registro da ação cultural “Intera com a Ocupação Maria Aragão”



Fonte: Produção do autor (2018)

A ação cultural denominada “Intera com a Ocupação Maria Aragão” contou com a presença de diversas pessoas da academia e da comunidade, com apresentação de grupos de Tambor de Crioula, músicos, e intervenções artísticas. Os moradores organizaram um brechó



solidário e venderam feijoada e bebidas para arrecadar recursos que seriam investidos nas intervenções necessárias do prédio ocupado.

Muitos foram os problemas enfrentados pelos ocupantes durante o período da ocupação, como desligamentos constantes dos serviços de água e energia, mesmo com a garantia do poder público estadual, por meio da SECID, de que poderiam ficar no local até que fosse encaminhado uma solução para as 13 famílias estabelecidas na ocupação. Hoje, as treze famílias recebem auxílio aluguel mensal enquanto as obras do prédio, que foi incorporado pelo Governo do Estado a um plano de habitação na área central, estão em execução desde março de 2020 com previsão de entrega para janeiro de 2021, orçada em 800 mil reais. As treze famílias, porém, ainda lutam para morar no centro, pois ainda não receberam os seus tão sonhados apartamentos no prédio antes ocupado.

4 Conclusão

A problemática dessas treze famílias não é muito diferente dos problemas de milhares de famílias que vivem nas áreas centrais das cidades brasileiras. As imagens retratam o quadro de espoliação urbana (KOWARICK, 2000), de negação do direito à moradia, ao passo que, mesmo que lentamente, o conjunto urbano tombado passa por processos de mercadorização da cultura e do patrimônio.

O que se percebe é um profundo descaso com as demandas populares, com as pessoas pobres que são espoliadas dos seus direitos. Toda essa problemática tem feito com que esses pobres despossuídos se organizem em torno de movimentos de ocupação para lutar por políticas de moradia.

Os membros da ocupação “Maria Aragão”, em geral pobres, pretos e não brancos, representam a realidade de milhares de brasileiros sem teto que são obrigados a ocupar prédios para não viverem na rua. São trabalhadores informais e precarizados não atendidos pelas políticas públicas de moradia e tão pouco atendem aos exigentes critérios do mercado formal de habitação. Por isso lutam não apenas pela moradia, mas pelo direito à cidade, pois não raro são expulsos dela.

Referências

ALMEIDA, Maria da Conceição Pinheiro de. “Porões, Sótãos e Palhoças”: as moradias dos pobres sob a mira do serviço sanitário em São Luís/MA nos primeiros anos da república. *In*: RUCKERT, Fabiano Quadros *et al.* (org.) **Histórias da pobreza no Brasil**. Rio Grande: Ed. da FURG, 2019. p.85-106.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes**: do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Marins Fontes, 2014.

KOWARICK, Lúcio. **Escritos urbanos**. São Paulo: Editora 34, 2000.

MARICATO, Ermínia. **Para entender a crise urbana**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.